

AUTISMO NA ADOLESCÊNCIA: UMA ANÁLISE MULTIDISCIPLINAR A PARTIR DO ESTADO DO CONHECIMENTO

AUTISM IN ADOLESCENCE: A MULTIDISCIPLINARY ANALYSIS FROM THE STATE OF KNOWLEDGE

AUTISMO EN LA ADOLESCENCIA: UN ANÁLISIS MULTIDISCIPLINARIO DESDE EL ESTADO DEL CONOCIMIENTO

Valena Rodrigues Miranda¹

Universidade do Estado do Pará – UEPA

Carla Solange Azevedo de Luna²

Universidade do Estado do Pará - UEPA

Resumo

Neste estudo bibliográfico do tipo estado do conhecimento, foram explicitadas as dissertações e teses do período de 2011 a 2021 acerca do tema autismo na adolescência, concentrados no Banco de Teses e Dissertações da CAPES e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Foram questionadas as diferenças e nuances entre o autismo na adolescência e na infância, questionando o que dizem as produções acadêmicas sobre a temática elegida e pautando-nos no objetivo de analisar o autismo na adolescência por meio de um mapeamento de estudos multidisciplinares. Preliminarmente obteve-se duas pesquisas sobre o tema e nos resultados foram encontradas sete pesquisas. O levantamento do estado do conhecimento foi realizado por meio dos procedimentos de Morosini e Fernandes (2014), com definição de descritores, critérios de inclusão e exclusão e critérios de análise. Foi realizada análise através do método de categorização de Oliveira e Mota Neto (2011). Concluiu-se que existe uma forte dificuldade de pesquisadores diferenciarem os conceitos de infância e adolescência, além disso, alguns dos principais pontos estudados acerca do autismo na adolescência, de acordo com os dados obtidos foram, sociabilidade, dificuldades escolares, dificuldades familiares, teste de avaliação de programas e tratamentos para adolescente com autismo.

Palavras-chave: Adolescentes com Autismo; Mapeamento de Estudos Multidisciplinares; Método de Categorização.

Abstract

In this bibliographic study of the state of knowledge type, the dissertations and theses were explained, from the period 2011 to 2021, on the topic of autism in adolescence, concentrated in the CAPES Bank of Theses and Dissertations and in the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations. The differences and nuances between autism in adolescence

¹ Mestra em Educação; Especialista em Transtorno do Espectro Autista: intervenções multidisciplinares em contextos intersetoriais; Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional e Graduada em Pedagogia com habilitação em Educação Especial. E-mail: valena.psicopedagogia@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6655176093029085>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-9729-9930>.

² Mestra em Psicologia Clínica e Social; especialista nas áreas de Psicologia Escolar e da Aprendizagem e Psicoterapias; especialista em Neuropsicopedagogia Clínica e Institucional e Gestão Escolar e graduada em Psicologia. E-mail: carla.luna@uepa.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6134191121160006>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2927-0349>.

and childhood were questioned, questioning what academic productions say about the chosen topic and guiding ourselves with the objective of analyzing autism in adolescence through a mapping of multidisciplinary studies. Preliminarily, we obtained two surveys on the topic and our final results were found in seven. The survey of the state of knowledge was carried out using the procedures of Morosini and Fernandes (2014), with definition of descriptors, inclusion and exclusion criteria and analysis criteria. The analysis was carried out using the categorization method of Oliveira and Mota Neto (2011). It was concluded that there is a strong difficulty for researchers to differentiate the concepts of childhood and adolescence, in addition, some of the main points trained on autism in adolescence were, according to the data found, sociability, school difficulties, family difficulties, test of evaluation of programs and treatments for adolescents with autism.

Keywords: Teenagers with Autism; Mapping of Multidisciplinary Studies; Categorization Method.

Resumen

En este estudio bibliográfico del tipo estado del conocimiento, se explicaron las disertaciones y tesis, del período de 2011 a 2021, sobre el tema del autismo en la adolescencia, concentradas en el Banco de Tesis y Disertaciones de la CAPES y en la Biblioteca Digital Brasileña de Tesis y Disertaciones. Se cuestionaron las diferencias y matices entre el autismo en la adolescencia y la infancia, cuestionando lo que dicen las producciones académicas sobre el tema elegido y guiándonos con el objetivo de analizar el autismo en la adolescencia a través de un mapeo de estudios multidisciplinarios. De manera preliminar se realizaron dos estudios sobre el tema y en los resultados finales se encontraron siete. La encuesta del estado del conocimiento se realizó mediante los procedimientos de Morosini y Fernandes (2014), con definición de descriptores, criterios de inclusión y exclusión y criterios de análisis. El análisis se realizó mediante el método de categorización de Oliveira y Mota Neto (2011). Se concluyó que existe una fuerte dificultad para los investigadores para diferenciar los conceptos de niñez y adolescencia, además, algunos de los principales puntos estudiados sobre el autismo en la adolescencia fueron, según los datos obtenidos, sociabilidad, dificultades escolares, dificultades familiares, test. de evaluación de programas y tratamientos para adolescentes con autismo.

Palabras claves: Adolescentes con Autismo; Mapeo de Estudios Multidisciplinarios; Método de Categorización.

INTRODUÇÃO

Conforme desenvolvem-se mais debates e estudos científicos acerca de condições e transtornos da mente humana, a compreensão sobre eles também avança, a exemplo, o Transtorno do Espectro Autista (TEA), que ao longo das últimas décadas tem tido seu conceito modificado e aprimorado. A definição atual de referência mundial corresponde ao Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), que o define como um transtorno do neurodesenvolvimento.

O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais 5.^a edição, ou DSM-5 estabelece características ao TEA que auxiliam no diagnóstico, tais como aspectos relacionados à dificuldade de interação social, prejuízo na comunicação, além de comportamentos repetitivos e restritos. Contudo, é preciso destacar que existem variadas manifestações e intensidades nesses aspectos. Dessa forma, o DSM-5 estabelece que o TEA apresenta graus de comprometimentos variados em cada indivíduo e que por isso concebe-se como um espectro. Sendo assim, classifica-se o transtorno em três níveis: o nível 1- leve, o nível 2- moderado e o nível 3- severo.



Segundo a *American Psychiatry Association* (APA) considera-se o TEA nível 1 como um grau de pouca necessidade de suporte, ele já foi definido como Síndrome de Asperger no DSM-IV. O TEA nível 2, por sua vez, necessita de suporte substancial, já o TEA nível 3, dentre todos, é o que mais necessita de suporte (APA, 2014).

Os estudos sobre o TEA no contexto histórico remontam desde o século passado, tendo como primeiro estudo registrado em 1799, por Jean Maro Gaspard Itard, que descreveu o caso de um menino com características autistas em um colégio de surdos. Posteriormente, vieram outros estudos como o de Leo Kanner em 1943, o psiquiatra austríaco descreveu um grupo de 11 casos com os mesmos comportamentos de isolamento e repetição de fala, chamado Ecolalia.

Do século passado aos tempos atuais, diversos estudos foram realizados nas mais diversas áreas sobre o TEA, são pesquisas na área da saúde, educação, assistência social, entre outros. Em contexto atual destaca-se a realização de estudos multidisciplinares, sendo pesquisas sobre possíveis causas, características e formas de intervenção, essa abordagem pode possibilitar um direcionamento do olhar acadêmico e científico para a infância, fase fundamental do desenvolvimento e da aprendizagem e suas primeiras manifestações.

A compreensão do autismo com recorte na adolescência, contudo, ainda gera dúvidas. Os processos de atendimento e intervenções comumente são padronizados por meio de um viés de ambientes infantis, o que torna questionável se *o autismo na adolescência teria o mesmo perfil na fase da infância?*

Estudos teóricos sobre o desenvolvimento humano apontam para uma adolescência que apresenta características peculiares, diferente da fase da infância. Assim sendo, a questão-problema formulada nesse estudo é: *o que dizem as pesquisas sobre a temática autismo na adolescência?*

Em um breve levantamento realizado no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) durante o período de 2021 e com uso do descritor *adolescente com autismo* observou-se a existência de apenas dois trabalhos acadêmicos realizados naquele ano. Os estudos são do tipo dissertação de mestrado, um na área da educação, da Universidade Federal de Rondônia em 2014 e outro na área da saúde, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 2009. Os resultados encontrados no catálogo da CAPES demonstram a necessidade de mais estudos sobre a fase do ciclo vital denominada adolescência. Estudos de mapeamento



podem gerar uma melhor compreensão da temática, assim como estabelecer processos de intervenção específicos.

Portanto, realizamos uma pesquisa bibliográfica, com um levantamento sobre o estado do conhecimento a partir do qual buscamos responder ao seguinte objetivo geral proposto: *analisar o autismo na adolescência por intermédio de um mapeamento de estudos acadêmicos multidisciplinares sobre a temática*. E, de modo específico: a) identificar as tendências investigativas sobre o tema; e, b) compreender as peculiaridades do autismo na fase da adolescência.

COMPREENSÃO MULTIDISCIPLINAR DO AUTISMO

O TEA, de acordo com o DSM-5 remete a um significado formado pelos significados dos termos. A palavra *transtorno* remete às alterações neurológicas no cérebro. O termo *espectro* remete às variações que determinam os níveis de comprometimento e complexidade. E a palavra *autismo* diz respeito ao conjunto determinado de características que geram o transtorno.

O manual diagnóstico estabelece ainda que, atualmente, há uma tríade de características para determinar o diagnóstico do TEA: o primeiro aspecto seria a dificuldade de interação social e comunicação, e o segundo, comportamentos repetitivos e restritos. Esses são elementos essenciais no diagnóstico, ainda que haja variação de intensidade de cada um.

Os critérios diagnósticos de autismo de acordo com o DSM-5 apontam também para: inabilidade persistente na comunicação social, manifestada em déficits na reciprocidade emocional e nos comportamentos não verbais de comunicação usuais para a interação social; padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividade, manifestados por movimentos, falas e manipulação de objetos de forma repetitiva e/ou estereotipada, insistência em rotinas, rituais verbais ou não verbais, inflexibilidade a mudanças, padrões rígidos de comportamento e pensamento, interesses restritos e fixos com intensidade, hiper ou hipo atividade a estímulos sensoriais e por fim, os sintomas devem estar presentes no período do desenvolvimento, em fase precoce da infância, mas podem se manifestar com o tempo conforme as demandas sociais excedam as capacidades limitadas.

A Organização Mundial da Saúde (OMS), por sua vez, lançou em 2019 a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde, CID-11, seguindo o DSM-5 ao reunir todos os transtornos que estavam no espectro



do autismo em um só diagnóstico.

A classificação internacional de doenças (CID) número 10 de 1990 possuía uma classificação de vários diagnósticos dentro do que se denominava Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD), com o código F-84. Cita-se alguns como: Autismo Infantil (F84.0), Síndrome de Rett (F84.2), Transtorno Desintegrativo da Infância (F84.3), Síndrome de Asperger (F84.5), dentre outros. A mais recente classificação da CID-11 reúne todos os diagnósticos citados no Transtorno do Espectro do Autismo, através do código 6A02.

Os mais recentes estudos afirmam que antes dos três anos de vida os sinais do TEA podem ser percebidos, entretanto não é incomum a existência de diagnósticos tardios seja no final da infância, adolescência e por vezes até mesmo em adultos. Oliveira, Feldman, Couto e Lima (2017, p. 708) afirmam que “[...] no Brasil, por diferentes motivos, as iniciativas governamentais propriamente direcionadas ao acolhimento das pessoas com diagnóstico de autismo desenvolveram-se de maneira tardia”. Uma realidade que repercute com prejuízos no desenvolvimento dessa pessoa com TEA por ter uma intervenção também tardia.

No contexto brasileiro, temos como uma das referências a Caderneta da Criança, elaborada pelo Ministério da Saúde e distribuída de forma gratuita nos postos de saúde às mulheres gestantes, nesse manual são indicados os marcos do desenvolvimento do nascimento aos dez anos de idade e comportamentos que a criança precisa apresentar em cada etapa.

As políticas públicas voltadas para o diagnóstico e intervenção às pessoas com autismo, contudo, se deram de forma tardia no Brasil. E foi demarcada na década de 80 por um amálgama de esforços distintos, entre profissionais da área psicossocial e por pais e associações que elaboraram suas estratégias de apoio aos seus filhos.

O enfrentamento tardio do problema fez com que a construção atual da política pública brasileira para o autismo fosse marcada por dois grupos distintos que, historicamente, desenvolveram suas ações de maneira simultânea, mas em paralelo: de um lado, o grupo composto, em sua maior parte, por trabalhadores e gestores do campo da Atenção Psicossocial, além de partidários da Reforma Psiquiátrica, integrantes das ações diretamente ligadas à política pública de saúde mental no Sistema Único de Saúde (SUS). De outro, as associações de pais e familiares de autistas, que começaram a construir suas próprias estratégias assistenciais para os filhos, em um período do século XX, os anos 80, marcado pela lacuna de recursos públicos destinados ao atendimento dessa clientela (Oliveira; Feldman; Couto; Lima 2017, p. 708).

No contexto atual do século XXI, percebemos um movimento multidisciplinar em busca de compreender o espectro do autismo para melhor promover qualidade de vida às



peças acometidas do transtorno. São diálogos intersetoriais provocados tanto por avanços científicos assim como por lutas sociais por direitos.

No âmbito jurídico, um direito conquistado foi a promulgação da Lei Berenice Piana, Lei N.12.764 de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA. Quando se trata de direitos, a pessoa com TEA está na condição de pessoa com deficiência, o que assegura o parágrafo segundo, do Art.1º. Dessa forma, o indivíduo enquanto pessoa com deficiência possui atendimento prioritário nos estabelecimentos públicos e privados. Para tal devem utilizar-se da identificação da fita de quebra-cabeça, como afirma o parágrafo terceiro, do Art.1º, da Lei Berenice Piana (Brasil, 2012).

Sobre a fase da adolescência, podemos destacar na Lei n.12.764 o direito ao ensino profissionalizante, que ocorre na etapa do Ensino Médio como opção curricular, além do incentivo à inserção no mercado de trabalho, o que pode ocorrer por meio de programas governamentais assistidos aos jovens.

No âmbito da Educação, o debate envolve o paradigma da inclusão social em movimento mundial com repercussão no Brasil. Como referência legal, destaca-se a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015, ela corresponde ao Estatuto da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015). Além desta, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 anteriormente, já trazia o reconhecimento da Educação Especial como uma modalidade transversal do sistema educacional brasileiro e do direito de as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e superdotação/altas habilidades serem matriculadas e escolarizadas nas escolas e classes comuns juntas dos demais estudantes.

Um conceito *escola para todos* ganha espaço nos estudos da área educacional com referência maior ao público da modalidade de ensino denominada Educação Especial. “A política de ‘Educação Inclusiva’ vai materializando-se, também, com a constituição de um conjunto de programas e ações”, afirma Kassir (2011, p. 72).

Silva e Santos (2017) em um estudo de revisão sobre atendimento educacional especializado para alunos com autismo, afirmam que interações sociais e programas de intervenções pedagógicas com abordagens inclusivas, podem contribuir para o desenvolvimento educacional de alunos TEA. Onde conteúdos e estratégias de ensino podem favorecer uma aprendizagem significativa, “desde que as condições de ensino, as práticas escolares, sejam apropriadas às necessidades educacionais desses alunos” (Silva; Santos, p. 110, 2017).

Destacamos a importância de uma compreensão multidisciplinar e integrada do TEA,



ênfatizando que essa abordagem é essencial para a promoção de qualidade de vida para as pessoas com o transtorno. Ela ressalta que, apesar do enfrentamento tardio do autismo no Brasil, houve avanços significativos nas políticas públicas, impulsionados tanto por lutas sociais quanto por progressos científicos. Além disso, leis como a Lei Berenice Piana asseguram direitos às pessoas com TEA, garantindo-lhes acesso prioritário a serviços. No campo da educação, a legislação reforça a inclusão social e a necessidade de um sistema educacional que acolha a diversidade, promovendo uma educação inclusiva que respeite as especificidades do público-alvo da educação especial.

COMPREENSÃO MULTIDISCIPLINAR DA ADOLESCÊNCIA

A primeira pergunta que fazemos quando pensamos na adolescência é se realmente constitui-se numa etapa específica do ciclo vital humano ou apenas uma transição entre a fase da infância e fase adulta. Outra dúvida comum é sobre o período exato que ocorre, o que gera concepções diversas entre os estudos científicos.

Na concepção da psicopedagogia, a adolescência se inicia quando começa a puberdade, o que vem ocorrendo de forma cada vez mais precoce em tempos atuais. E assim, divide-se em duas fases: a primeira fase da puberdade e a segunda fase da adolescência (Bossa, 1998).

O período inicial da puberdade, ou mais conhecido como pré-adolescência, ocorre por volta dos onze a doze anos. Nessa fase podemos perceber mudanças no corpo, como o crescimento dos pelos pubianos, alteração na voz, pelos no rosto e ou aumento dos seios. Além de mudanças psicológicas como o autoconhecimento, afirma Bossa (1998).

A segunda fase denomina-se a adolescência em si e que se inicia entre os 14 e 15 anos de idade. Bossa (1998) ressalta nesse período mudanças comportamentais por consequência de mudanças preponderante no aspecto psicológico. O modo de pensar se torna complexo, o humor altera e por vezes demonstra-se necessidade de isolamento.

Na concepção da Educação, compreender a adolescência possui como um dos maiores referenciais o aspecto legal. O artigo 2.º do Estatuto da Criança do Adolescente (ECA), Lei n.º 8.069, afirma que “a criança é a pessoa até doze anos de idade incompletos e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade” (Brasil, 1990). E para tanto, os adolescentes são pessoas em desenvolvimento:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as



oportunidades e facilidades, afim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (Brasil, 1990, art. 2.º).

Para compreender a adolescência em sua complexidade, para além do aparato legal, o campo da Educação vai beber na fonte da Psicologia. Estudos consagrados sobre as fases da infância e adolescência em seus aspectos cognitivos e do desenvolvimento referem-se à Levi Vygotsky e Jean Piaget.

Piaget (2006), afirma que na adolescência atingimos o ápice do desenvolvimento mental, um estado denominado estágio das operações formais, caracterizado por uma fase da vida onde não mais se precisa do concreto como na infância, mas a mente opera a nível de hipóteses e abstrações. Por esse salto qualitativo e de alta complexidade na mente humana que, de acordo com Piaget (2006), o adolescente passa por momentos conturbados e de desajustamentos, entretanto, são aspectos comportamentais importantes para a consolidação de uma mente mais complexa e por definitivo.

Na concepção sócio-histórica, com maior destaque na teoria de Vygotsky (1989), a adolescência, assim como a infância, é uma fase construída socialmente ao longo da história. Não se determina por aspectos biológicos somente, mas na interação destes com o meio social. O sujeito se forma, portanto na interação com o mundo e no diálogo com a cultura, de modo que, transitam das funções psicológicas elementares, ocorrida na infância, para as funções psicológicas superiores, que se estabelecem na adolescência. O estudioso defendeu que nessa fase se fundam mecanismos mentais complexos que possibilitam uma compreensão de mundo para além da sua vida privada, sendo resultadas de uma cultura, de uma sociedade, da ideologia, de seus valores e das experiências dialógicas.

Em suma, a adolescência é uma etapa do desenvolvimento humano marcada por transformações significativas tanto no aspecto biológico quanto no psicológico e social. Embora seja comumente vista como uma fase de transição entre a infância e a vida adulta, ela possui características próprias que a tornam um período crucial para a formação da identidade e das capacidades cognitivas. As concepções de Piaget e Vygotsky, bem como a visão legal apresentada pelo ECA, revelam que a adolescência não é apenas uma fase passageira, mas um momento essencial na construção do indivíduo, influenciado tanto por fatores internos quanto externos. Compreender essa complexidade é fundamental para apoiar o adolescente em seu desenvolvimento integral.



METODOLOGIA

Nesse estudo foi realizado um estado do conhecimento por meio do levantamento de teses e dissertações. O estado do conhecimento se propõe a realizar uma análise acadêmica abrangente de um tópico específico de estudo, com o objetivo de delimitar seu escopo e direção de pesquisa. Conforme Morosini e Fernandes (2014) sugerem, ele envolve a identificação, registro e categorização de trabalhos científicos relacionados a uma área específica, em um período determinado, podendo abranger, por exemplo, revistas acadêmicas, teses, dissertações e livros. O propósito principal é promover a reflexão e a síntese das contribuições existentes sobre determinado assunto.

Foi delimitado um período de dez anos, de 2011 a 2021, cuja fontes das pesquisas foram os bancos de trabalhos acadêmicos: Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). O BDTD e o Catálogo da CAPES foram escolhidos como fontes neste estudo por constituírem-se como plataformas abertas de pesquisa, por serem de grande visibilidade no registro digital de teses e dissertações no Brasil, além de possibilitarem um manejo acessível aos conteúdos, através da *internet*.

Para este estudo, foi realizado um mapeamento de teses e dissertações sobre autismo na adolescência. Pautando-nos no intuito de obter um aprofundamento na problemática, além de proporcionar novos ângulos sobre o tema, os limites e as possibilidades de pesquisa.

Para a realização deste estudo, seguimos procedimento e etapas estipulados com base nos estudos de Morosini e Fernandes (2014) e Morosini (2014), sendo assim: definição dos descritores; localização dos bancos de pesquisas; estabelecimento de critérios para a seleção do material (critérios de inclusão e critérios de exclusão); efetivo levantamento da produção catalogada; coleta e organização do material da pesquisa; leitura das publicações com elaboração de sínteses (com o uso de uma ficha de catalogação); estabelecimento do método de análise dos dados e realização da análise de dados (identificação dos resultados, dados e discussões).

Para realização do estudo estabelecemos como descritores: 1 *adolescente com autismo*; 2 *autismo adolescência* e 3 *adolescente com transtorno do espectro autista*. Os critérios de inclusão foram: (1) corresponder ao objeto de estudo da pesquisa; (2) ter um percurso metodológico claro; (3) pesquisas que discutam adolescência atravessada pelo autismo em áreas multidisciplinares.



Os critérios de exclusão foram: (1) não corresponder ao objeto de estudo da pesquisa; (2) não ter um percurso metodológico claro; (3) pesquisas que não discutam adolescência atravessado pelo autismo em áreas multidisciplinares. Além disso, foram deliberadamente excluídos os trabalhos que não estão na faixa do período de tempo abrangida nessa pesquisa, ou seja, trabalhos defendidos entre 2011 a 2021, correspondendo a levantamento dos dez anos.

Para a análise dos dados adotamos o *processo de categorização* de Oliveira e Mota Neto (2011). É um método de análise baseado na análise de conteúdo, porém com ajustes que o tornam como outro. O processo de categorização se dá em três etapas. O estabelecimento de: (1) categorias analíticas; (2) categorias temáticas e por último encontramos (3) unidades temáticas que irão ser analisadas na interlocução com os teóricos elencados para a pesquisa.

As categorias analíticas encontram-se no processo exploratório inicial da pesquisa e referem-se aos conceitos retirados do referencial teórico, que possibilitam a interpretação dos dados. As categorias analíticas classificam-se em: categorias iniciais, sendo aquelas decorrentes das primeiras leituras sobre o tema proposto; e, categorias emergentes, constituem-se naquelas que surgem ao longo da pesquisa e são decorrentes tanto da leitura bibliográfica, quanto do processo de coleta de dados (Oliveira; Mota Neto, 2011, p. 164).

As categorias temáticas, por sua vez, constituem os indicadores de análise, ou eixos, baseados em fatos, aspectos e na situação em estudo (Oliveira; Mota Neto, 2011). Nessa fase o pesquisador já tem uma aproximação maior com o contexto da pesquisa propriamente dita, logo: “[...] a categorização na pesquisa qualitativa viabiliza a organização dos dados, a articulação entre o referencial teórico e a descrição dos fatos, a interpretação e explicação do fenômeno estudado e a elaboração de novas categorias de análise”. (Oliveira; Mota Neto, 2011, p. 165).

As categorias temáticas desdobram-se em elementos aglomerados em eixos, denominados unidades temáticas (Oliveira; Mota Neto, 2011) a partir dos dados coletados. As mesmas podem ser organizadas em palavras-chave ou por temas que reúnam determinadas informações para discussão dos resultados.

Através de um processo rigoroso de seleção e análise dos dados, fundamentado em metodologias estabelecidas, foi possível mapear a produção acadêmica e identificar categorias analíticas e temáticas relevantes. Este levantamento não apenas sintetiza o conhecimento existente, mas também aponta para novas direções de pesquisa,



contribuindo para um entendimento mais profundo das interseções entre autismo e adolescência. Em seguida, a pesquisa apresenta a seção de resultados e discussões, onde são exploradas as descobertas e implicações desse levantamento no contexto acadêmico e prático.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção, são apresentados os trabalhos encontrados nos repositórios observados para o levantamento. Desse modo, são apresentadas em duas tabelas, o número de trabalhos encontrados em cada banco de dados.

Neste primeiro momento foram observados 45 trabalhos, através da utilização dos descritores, em seguida, foram submetidos a leitura dos títulos e resumos, bem como aplicados os critérios de inclusão e exclusão, onde o número diminuiu para nove, além disso, houve dois estudos repetidos em ambos os bancos de dados, portanto, posteriormente aos critérios de exclusão e desconsideração de trabalhos repetidos, o número pesquisas encontradas foram sete.

Dando continuidade ao estudo, foi elaborado um quadro com as informações das produções encontradas, onde são apontadas as categorizações e organizações temáticas, elencadas a partir das leituras e reflexões acerca dos principais temas recorrentes ou relevantes nas pesquisas encontradas.

Tabela 1 – Trabalhos encontrados

DESCRITOR	BANCO DE DADOS	RESULTADOS ENCONTRADOS	RESULTADOS APÓS CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO	TRABALHOS REPETIDOS	TOTAL
Adolescente com autismo	CAPES	3	2		7
Adolescente com autismo	BDBTD	26	4		
Autismo adolescência	CAPES	2	1	2	
Autismo adolescência	BDBTD	0	0		
Adolescente com transtorno do espectro autista	CAPES	0	0		



Adolescente com transtorno do espectro autista	BDBTD	14	2	
--	-------	----	---	--

Fonte: Elaborado pelas autoras (2022)

O alto número de trabalhos excluídos se justifica com a constatação de um grande excedente de trabalhos cujas questões conceituais acerca da infância e adolescência se apresentaram confusas. Embora trouxessem em seus títulos ou resumos, expressões similares à: *criança e adolescente com autismo* ou *autismo na infância e adolescência*, ao observamos tais trabalhos, foi percebida uma inclinação para a realização de pesquisas com adolescentes no transtorno do espectro autistas sem realizar uma separação teórica e epistemológica entre infância e adolescência. Isto é, nos tratamentos dos sujeitos, dados de pesquisa ou objetos de estudo, a concepção de Adolescentes com Autismo não recebia atenção necessária, demonstrando nos resultados pouca ou nenhuma ênfase no conceito de adolescência, tão pouco de adolescente com autismo.

O conceito de infância e adolescência mudam na sociedade de acordo com o período histórico e social, por exemplo, na modernidade, foi muito acentuado o caráter preparatório laboral no processo educativo, onde a diferença entre criança, adolescente, jovens e adultos estava firmemente estabelecida por faixa etária ou fase para o preparo para o mercado de trabalho. Já na contemporaneidade, essa diferenciação é marcada por diversas mudanças nas relações familiares, de trabalho e de afeto, portanto os processos de classificação são diferentes (Salles, 2005). Desse modo, talvez a falta de compreensão acerca das especificidades desse momento da vida dos sujeitos, pode demonstrar-se no significativo número estudos tratam indistintamente crianças e adolescentes.

A seguir, apresentamos os sete trabalhos encontrados, classificados por ano, do mais antigo ao mais recente, ressaltando seus títulos, autores, áreas e instituições. Trata-se de um estudo qualitativo, quantitativo ou misto, utilizando-se dos dois princípios metodológicos.

QUADRO 1 – Trabalhos organizados por título, tipo, autor, ano, método, instituição e área

TÍTULO	TIPO/MÉTODO	AUTOR/ANO	INSTITUIÇÃO	ÁREA
Cotidiano, demandas e apoio social de famílias de crianças e adolescentes com autismo	Dissertação Qualitativa	Minatel (2013)	Universidade Federal de São Carlos	Terapia Ocupacional



O adolescente com autismo e escolarização: em busca daquele que não se vê	Dissertação Qualitativa	Guedes (2014)	Universidade Federal de Rondônia	Psicologia
Intervenção neuropsicológica para flexibilidade cognitiva em adolescentes com transtornos do espectro do autismo	Dissertação de Metodologia Mista	Gonçalves (2014)	Universidade Federal do Paraná	Psicologia
Efeitos do uso do dispositivo terapêutico Oficina de Cozinha no trabalho com a comunicação de um adolescente com TEA: estudo de caso clínico	Dissertação Qualitativa	Carmo (2018)	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Fonoaudiologia
Estilo de vida de crianças e adolescentes com transtorno do espectro autista	Dissertação Quantitativa	Maciel (2018)	Universidade de Fortaleza	Saúde coletiva
A interação musical e social em ambiente digital de aprendizagem: o adolescente com autismo e o MIROR-Impro	Tese Qualitativa	Figueiredo (2020)	Universidade Federal do Paraná	Música
Encaixando as peças: realidade virtual imersiva para treinar habilidade social de adolescentes do espectro autista	Dissertação Qualitativa	Silveira (2020)	Universidade de Brasília	Engenharia Biomédica

Fonte: Elaborado pelas autoras (2022)

Durante o processo de levantamento dos dados, foram elencadas categorias emergentes, obtidas através da leitura atenta aos trabalhos. Ao observar e categorizar as situações emergentes foi possível traçar paralelos, semelhanças e diferenças que proporcionaram o desdobramento em aglomerados nos eixos, denominados unidades, o que foi organizado neste artigo em três palavras-chave: a) Dificuldades familiares; b) dificuldades escolares; c) Verificação e teste de ferramentas. A figura a seguir demonstra o processo de definição das unidades temáticas.

Figura 1 – Categorização temática



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2022



Dificuldades Escolares e Familiares

A pesquisa *Estilo de vida de crianças e adolescentes com transtorno do espectro autista* de Maciel (2018) foi uma dissertação na área de Saúde coletiva da Universidade de Fortaleza. A linha de pesquisa do estudo é a análise de situação em saúde. Neste trabalho, o objetivo foi avaliar o estilo de vida de crianças e adolescentes com TEA, desse modo, utilizando-se de metodologia quantitativa, o estudo transversal e analítico, aplicou questionários em nove instituições de referência na abordagem de pessoas com TEA na cidade de Fortaleza, participando 387 pais, mães ou responsáveis de crianças de 5 a 9 anos e adolescentes, caracterizados aqui entre 10 a 18 anos.

É interessante perceber acerca dos dados coletados nesta pesquisa, a variedade de informações e levantamentos realizados, onde a pesquisadora obteve variáveis sociodemográficas, variáveis clínicas, educacionais, alimentares, de atividade física, de atividades cotidianas e, também de percepções de saúde, além disso classificou o nível de atividade física das crianças e adolescentes.

Os resultados do estudo mostraram que 66,5% dos adolescentes observados por meio das respostas dos familiares, eram sedentários e menos de 10% eram ativos em atividades físicas. Questões como dificuldades financeiras demonstraram-se como determinantes para o número de sedentarismo, além de associação do tipo de residência, escolaridade paterna e uso de computador em ambos os públicos. O estudo revelou também que 77,3% dos pais dos adolescentes consideravam boa a saúde geral dos seus filhos.

Apenas estes dados não são suficientes para realizarmos conclusões acerca do tratamento que as famílias de adolescentes com TEA vem tendo atualmente, nem se existe uma concreta disparidade com relação a adolescentes que não estão no espectro do autismo, contudo, a preocupação com o assunto, ao levantar esses dados, nos proporciona pensar sobre a qualidade de vida de adolescente com TEA e mesmo as situações de estresse e de convívio familiar.

Com relação à saúde mental e emocional, ligada a saúde física dos adolescentes, a autora do estudo, Maciel (2018) verificou associação entre percepção de saúde com outras variantes como, raça, confraternização, frequência escolar, prematuridade, problemas associados e associação com medicamento em uso. O despreparo das escolas foi tido com maior obstáculo para os pais e a prática de atividade física e a percepção dos pais sobre a saúde dos seus filhos mantiveram associação com a frequência escolar dos adolescentes.



A autora, portanto, conclui que o estilo de vida das crianças e adolescentes com o transtorno do espectro autista apresenta fragilidades, constatadas pelo elevado percentual de crianças e adolescentes sedentários, ou com nível de atividade física insuficiente, comprometimento da escolarização dos adolescentes em maior grau do que as crianças e influência negativa do TEA sobre a saúde mental e emocional. Apesar disso, os pais têm uma boa percepção de saúde geral dos seus filhos e acreditam que o TEA influencie de forma positiva na saúde física.

O estudo *O adolescente com autismo e escolarização: em busca daquele que não se vê*, da autora Guedes (2016), foi uma dissertação na área da Psicologia, com linha de pesquisa em psicologia escolar e processos educativos, sendo realizada na Universidade Federal de Rondônia. O estudo de caso acompanhou dois adolescentes, um aluno de escola regular e o outro de escola com atendimento especializado, acompanhando os cotidianos escolares de ambos, a autora analisou como são construídas as relações nas atividades pedagógicas, tendo como cerne a perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural, além disso, foram analisados documentos e históricos escolares, além da realização de entrevistas com familiares e professores.

Desse modo, ficou constatado que, em ambos os contextos, estava sendo realizada uma pedagogia de perspectiva terapêutica, com vistas a atividades mecânicas, repetitivas e descontextualizadas as quais são baseadas em posturas que infantilizam os alunos ao invés de considerarem seu desenvolvimento, havendo assim negligenciamento dos alunos e um processo educativo excludente. Na escola regular não havia promoção de interação social do aluno com autismo junto ao demais alunos da turma, não havendo sistematização dos conteúdos e oportunidade de parcerias efetivas entre a professores das salas comuns e professores das salas de recursos.

Outro estudo que observou situações de adolescentes com autismo, a partir da ótica das famílias, foi a dissertação de Mestrado de Minatel (2013), ele trabalhou com uma metodologia qualitativa, lançando mão de estratégias como roteiros, questionários e entrevistas semiestruturadas. Com o *título Cotidiano, demandas e apoio social de famílias de crianças e adolescentes com autismo*, o estudo na área da Terapia ocupacional da Universidade Federal de São Carlos, buscou observar o desenvolvimento do indivíduo com autismo em três fases do desenvolvimento, dois na infância e um na adolescência.

O estudo desenvolveu-se juntamente com vinte famílias, divididas em três grupos. Destacamos o terceiro grupo de famílias, onde havia filhos de 12 a 18 anos de idade. A autora observou a existência de dificuldades em relação ao desenvolvimento fisiológico e



emocional dos adolescentes. Além disso, foram apontadas dificuldades no dia a dia, atividades sociais e preocupações com o futuro dos filhos.

A pesquisa também revelou a importância do apoio social para essas famílias, evidenciando que a rede de suporte, composta por parentes, amigos e instituições, desempenha um papel fundamental na adaptação e no bem-estar dos adolescentes com autismo. As famílias relataram que, embora enfrentem desafios significativos, a presença de uma rede de apoio sólida contribui para a superação de dificuldades cotidianas e para a construção de uma vida mais equilibrada para os adolescentes.

Outro ponto importante levantado pelo estudo foi a necessidade de políticas públicas mais abrangentes e específicas para atender às demandas dessas famílias. A autora destacou que as famílias sentem a falta de recursos e serviços especializados que possam auxiliá-las de maneira eficaz, especialmente durante a transição para a vida adulta dos filhos. O estudo conclui que, para melhorar a qualidade de vida dos adolescentes com autismo e de suas famílias, é essencial que haja um reforço no apoio institucional e na oferta de programas voltados para o desenvolvimento social e emocional desses jovens.

Verificação e teste de ferramentas no auxílio de adolescente com TEA

Em *A interação musical e social em ambiente digital de aprendizagem: o adolescente com autismo e o MIROR-Impro*, a autora Figueredo (2020) buscou compreender as interações musicais e sociais em adolescentes com transtorno do espectro do autismo, em um ambiente virtual de aprendizagem. A tese de doutorado na área de Música, com linha de pesquisa em Cognição e Educação Musical, partiu da hipótese de que o adolescente com TEA pode interagir musicalmente e socialmente com pares, em engajamento musical através da ferramenta MIROR-Impro³.

O estudo de Figueredo (2020) escrito na Universidade Federal do Paraná, utilizou-se de metodologia qualitativa com abordagem em estudo de caso e coleta de dados por meio de questionários com os pais dos participantes, além de entrevistas com as professoras de classe e sendo realizada em uma escola da rede estadual de educação básica, que possuía modalidade em educação especial. Participaram deste estudo sete adolescentes com TEA, com idades entre 10 e 15 anos.

³ Sistema Musical Interativo Reflexivo (SMIR) que promove a interação musical reflexiva. O aplicativo permite que as crianças improvisem com uma cópia virtual de si mesmas como uma espécie de parceiro, descobrindo quais elementos nas respostas do MIROR-Impro permanecem iguais ou o que mudam.



No que diz respeito à análise dos dados, Figueredo (2020) realizou um processo indutivo a partir do referencial teórico e da análise dos vídeos. Para auxiliar na análise, foram elaborados indicadores musicais e de interação social e suas respectivas categorias de análise. Os resultados apontaram para quatro formas de engajamento musical: unilateral, diádico, triádico e colaborativo. Além disso, a autora afirma que o engajamento musical diádico e triádico com o MIROR-Impro pode ser um primeiro passo na prática e na compreensão social do adolescente com TEA. Ao final da pesquisa a autora concluiu que a tecnologia pode ser uma aliada do professor de música em contextos de inclusão, pelo fato de possuir abordagem centrada no aprendiz e permitir que os participantes controlem o nível de complexidade da sua interação.

Destaca-se, portanto, um importante fato acerca do tratamento, auxílio e educação de pessoas com TEA na atualidade, que é a utilização de novas tecnologias da informação e comunicação (NTIC's), estas têm se mostrado cada vez mais como alternativa para inovar e auxiliar os processos educativos, por meio de recursos didáticos, especialmente no desenvolvimento de pessoas que carecem de medidas educativas especiais.

O trabalho de Silveira (2020), foi uma dissertação publicada na Universidade de Brasília, pelo programa de pós-graduação em engenharia biomédica, intitulado de: *Encaixando as peças: realidade virtual imersiva para treinar habilidade social de adolescentes do espectro autista*. O estudo de caráter qualitativo investigou as possibilidades apresentadas pelo emprego do Ambiente Imersivo de Realidade Virtual (AIRV) no tratamento terapêutico de saúde mental de adolescente TEA.

A autora buscou apontar diretrizes para desenvolver um AIRV adaptado para as necessidades sensoriais de adolescentes com autismo, no intuito de aumentar o tempo de imersão, bem como o engajamento do adolescente nas terapias, além do conforto e confiança. Para isso, foi realizado um levantamento bibliográfico da literatura existente em diversas bases de dados de pesquisas, nacionais e internacionais, onde a pesquisa revelou que evidências acerca das necessidades sensoriais dos autistas estavam sendo negligenciados nas pesquisas existentes sobre RV para autistas.

A utilização de programas e jogos no auxílio para o desenvolvimento social e intelectual de adolescentes autistas, mostra-se, portanto, como um ponto interessante a se observar em pesquisas atuais. Esse aspecto é visto tanto no âmbito educacional-escolar, quanto médico e terapêutico. A dissertação de Carmo (2018), na área de Fonoaudiologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo foi um estudo de caso clínico, que



observou os efeitos de uma intervenção fonoaudiológica na comunicação de um adolescente com TEA, através do uso do dispositivo terapêutico *Oficina de Cozinha*.

A pesquisa foi intitulada de *Efeitos do uso do dispositivo terapêutico Oficina de Cozinha no trabalho com a comunicação de um adolescente com TEA: estudo de caso clínico*, trabalhou com um adolescente de dezenove anos, através de dez sessões com processo terapêutico grupal e concluiu que o trabalho com adolescentes é eficaz, diferentemente do que postulam as visões maturacionais. Destacou-se no estudo a importância da estrutura clínica para assegurar ao paciente o estabelecimento de uma ampla circulação discursiva e subjetiva, gerando oportunidade de uma adequada circulação nas cenas comunicativas.

Os obstáculos comunicativos observados do TEA estão relacionados à ausência de uma comunicação utilitária, segundo Silva (2021), portanto, alguns indivíduos no espectro do transtorno autista podem não conseguir encaixar palavras ou frases dentro determinados contextos, mesmo sabendo seus significados, caracterizando uma, comunicação não funcional, onde não fica estabelecida uma troca de mensagens coerente, o que dificulta o convívio social.

Por mais que a comunicação faça parte inerente de qualquer atividade humana, inclusive nos processos educativos e pedagógicos, este trabalho na área da fonoaudiologia, foi um dos poucos encontrados que encarava esta problemática com imersão. Refletimos, portanto, a lacuna da interdisciplinaridade em pesquisas sobre adolescentes com autismo.

O trabalho *Intervenção neuropsicológica para flexibilidade cognitiva em adolescentes com transtornos do espectro do autismo* considerou a semelhança entre o comportamento atípico de pessoas com autismo e de pessoas com lesão no lobo frontal para hipotetizar que déficits nas funções executivas, principalmente na flexibilidade cognitiva estejam relacionados ao comportamento restrito, repetitivo e estereotipado. A dissertação de mestrado em Psicologia da autora Gonçalves (2014) estava ligada à linha de pesquisa *Avaliação e Reabilitação Neuropsicológica* da Universidade Federal do Paraná e teve como objetivo avaliar a efetividade de um programa de intervenção para flexibilidade cognitiva em adolescentes com autismo.

Com metodologia mista, o estudo de caso com análises quantitativas, trabalhou com seis adolescentes, que foram avaliados antes e depois da intervenção utilizando instrumentos neuropsicológicos. Além disso os responsáveis e profissionais diretamente envolvidos com os adolescentes responderam a questionários e a entrevista sobre flexibilidade cognitiva. A análise qualitativa sugeriu a eficácia do programa proposto. Além



disso é colocado aberta a discussão sobre a sensibilidade de alguns testes para a avaliação da flexibilidade, assim como considerações relevantes em termos de intervenção da população estudada, como repetição e generalização.

Os estudos apresentados sobre adolescentes com TEA evidenciam tanto os desafios quanto as potencialidades presentes na vida desses indivíduos, suas famílias e os contextos educacionais e terapêuticos em que estão inseridos. Em relação às dificuldades escolares e familiares, os estudos indicam que a qualidade de vida dos adolescentes com TEA pode ser afetada por fatores como sedentarismo, falta de interação social adequada, desafios na escolarização e o despreparo das instituições educacionais. A pesquisa de Maciel (2018) destaca a necessidade de uma abordagem mais holística e sensível para o tratamento e a educação desses adolescentes, levando em consideração tanto o ambiente familiar quanto escolar.

Por outro lado, as investigações sobre o uso de tecnologias e metodologias inovadoras para auxiliar adolescentes com TEA mostram um panorama promissor. As pesquisas de Figueredo (2020) e Silveira (2020) ressaltam o potencial das novas tecnologias, como ambientes de realidade virtual e ferramentas musicais interativas, para promover o engajamento social e cognitivo desses jovens, sugerindo que essas inovações podem ser eficazes na melhoria da qualidade de vida e na integração social. Ao mesmo tempo, estudos como o de Carmo (2018) e Gonçalves (2014) apontam a relevância de intervenções específicas, como a fonoaudiologia e a neuropsicologia, que abordam aspectos comunicativos e cognitivos, essenciais para o desenvolvimento dos adolescentes com TEA.

Apesar dos avanços, os estudos também revelam lacunas significativas, especialmente no que diz respeito à interdisciplinaridade das pesquisas e à necessidade de políticas públicas mais eficazes e abrangentes. A falta de recursos e serviços especializados continua sendo uma barreira para muitas famílias, e a necessidade de apoio institucional adequado é crucial para garantir que esses adolescentes possam atingir seu pleno potencial. Em síntese, os estudos sugerem que, embora haja progressos no entendimento e no apoio aos adolescentes com TEA, ainda há muito a ser feito para assegurar que suas necessidades sejam plenamente atendidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Continua sendo necessário realizar mais observações de trabalhos acadêmicos de modo a refletir sobre as descobertas e pontos relevantes atuais sobre o tema autismo na



adolescência, contudo, neste artigo podemos mencionar algumas descobertas interessantes, feita a partir da leitura e análise atenta dos trabalhos encontrados.

Fica evidente que a questão da Educação de sujeitos com TEA continua pertinente. E quando atravessados pela etapa da adolescência, tal preocupação torna-se ainda mais complexa. O estudo mapeou alguns indicadores interdisciplinares, como sociabilidade, comunicação, acessibilidade, tecnologias, esporte e participação familiar.

O estado do conhecimento nos mostrou que estudos que tratam de questões como as novas tecnologias da informação e saúde física e emocional auxiliam no desenvolvimento e aprendizagem de adolescentes com TEA, e assim evidenciam-se como pertinentes e atuais. Contudo demandam, de maior continuidade e amplitude destes estudos, inclusive de modo multidisciplinar.

Uma lacuna no que diz respeito a estudos da pessoa com autismo na adolescência, foi visível, de modo que existe em muitas ocasiões, uma confusão nos conceitos de infância adolescência e juventude, demonstrando-se um grande desafio científico, o da necessidade de diálogo entre as áreas do conhecimento para melhor compreender e alcançar esse sujeito na sua integralidade.

Além disso, refletindo acerca das categorias elencadas, *dificuldades escolares* e *dificuldades familiares*, consideramos que precisam de atenção tanto das escolas e universidades, quanto da sociedade de modo geral. Propor e pensar novos modos de inclusão e de formação para famílias e professores no auxílio de adolescentes com TEA pode ser um caminho a ser percorrido.

No que consiste a categoria *verificação de teste e ferramentas*, pensamos que é necessário melhorar os modos e tratamentos com os adolescentes, e acreditamos que o contínuo investimento neste tipo de pesquisa age de forma benéfica para as pessoas com TEA, famílias e escolas, mas também para sociedade de modo geral.

Por fim, este estudo se propõe como um contribuinte inicial para aqueles que buscam compreender melhor ou iniciar uma jornada científica nos estudos sobre TEA em adolescentes. Desejamos também que possa servir a sociedade de modo geral ao numerar e elencar alguns trabalhos importantes sobre o tema, que sem dúvida atuam de forma positiva na quebra de paradigmas e preconceitos contra o transtorno do espectro autista.

REFERÊNCIAS

APA. AMERICAN PSYCHIATRY ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais-DSM-V**. Porto Alegre: Artmed, 2014.



BOSSA, Nádia Aparecida. O normal e patológico na adolescência. *In*: VERA, Barros de Oliveira; BOSSA, Nádia Aparecida. (Orgs.) **Avaliação Psicopedagógica do Adolescente**. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p. 209-288

BRASIL. **Lei nº 12.764/2012, de 27 de dezembro de 2012**. Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 24 jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 25 jun. 2022.

BRASIL. **Lei 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF 16 jul. 1990

CARMO, Roseli Cristina Campos do. **Efeitos do uso do dispositivo terapêutico Oficina de Cozinha no trabalho com a comunicação de um adolescente com TEA**: estudo de caso clínico. 2018. 63 f. Dissertação (Mestrado em Fonoaudiologia) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Fonoaudiologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/20915>. Acesso em: 10 dez. 2024.

FIGUEREDO, Camila Fernandes. **A interação musical e social em ambiente digital de aprendizagem: o adolescente com autismo e o MIROR-Impro**. 2020. 196 f. Tese (Doutorado em Música) - Programa de Pós-Graduação em Música, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/70193>. Acesso em: 10 dez. 2024.

GONÇALVES, Yanne Ribeiro. **Intervenção neuropsicológica para flexibilidade cognitiva em adolescentes com transtornos do espectro do autismo**. 2014. 130 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/36337>. Acesso em: 10 dez. 2024.

GUEDES, Nelzira Prestes da Silva. **O adolescente com autismo e escolarização**: em busca daquele que não se vê. 2016. 159 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2016. Disponível em: <https://www.ri.unir.br/jspui/handle/123456789/1785>. Acesso em: 10 dez. 2024.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. **Educar em Revista**, n. 41, p. 61-79, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40602011000300005>. Acesso em: 24 jun. 2022.

MACIEL, Mariza Araújo Marinho. **Estilo de vida de crianças e adolescentes com transtorno do espectro autista**. 2018. 108 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, Universidade de Fortaleza. Fortaleza, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.sophia.com.br/terminalri/9575/acervo/detalhe/118059>.



MINATEL, Martha Morais. **Cotidiano, demandas e apoio social de famílias de crianças e adolescentes com autismo**. 2013. 103 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Biológicas e da Saúde) – Programa de Pós-graduação em Terapia Ocupacional, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/6872>. Acesso em: 10 dez. 2024

MOROSINI, Marília Costa. Estado de conhecimento e questões do campo científico. **Educação**, [S. l.], v. 40, n. 1, p. 101–116, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/15822>. Acesso em: 24 jun. 2022.

MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação Por Escrito**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 154–164, 2014. DOI: 10.15448/2179-8435.2014.2.18875. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/poescrito/article/view/18875>. Acesso em: 10 dez. 2024

OLIVEIRA, Bruno Diniz Castro De; FELDMAN, Clara; COUTO, Maria Cristina Ventura; LIMA, Rossano Cabral. Políticas para o autismo no Brasil: entre a atenção psicossocial e a reabilitação¹. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 27, n. 3, p. 707–726, jul. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/BnZ6sVKbWM8j55qnQWskNmd/?lang=pt#>. Acesso em: 10 dez. 2024

OLIVEIRA, Ivanilde. Apoluceno de; MOTA NETO, João Colares. A construção de categorias de análise na pesquisa em educação. *In*: MARCONDES, Maria Inês; OLIVEIRA, Apoluceno de Oliveira de; TEIXEIRA, Elizabeth. (Orgs.). **Abordagens Teóricas e Construções Metodológicas na Pesquisa em Educação**. Belém: EDUEPA, 2011.

PIAGET, Jean. **Seis Estudos de Psicologia**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

SALLES, Leila Maria Ferreira. Infância e adolescência na sociedade contemporânea: alguns apontamentos. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 22, n. 1, p. 31-41, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2005000100005>. Acesso em: 24 jun. 2022.

SILVA, João Rakson Angelim da; SANTOS, João Otacílio Libardoni. dos. Atendimento educacional especializado, autismo e habilidades sociais em ambientes escolares: um estudo de revisão. **Revista Amazônida: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas**, [S. l.], v. 1, n. 2, 2017. Disponível em: <https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/amazonida/article/view/3635>. Acesso em: 9 set. 2024.

SILVA, Regina Nascimento. Apresentação. **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia. Edição Especial, p. 1-2, set. 2021. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/63425>. Acesso em: 10 dez. 2024.

SILVEIRA, Lídia Isabel Barros dos Santos. **Encaixando as peças: realidade virtual imersiva para treinar habilidade social de adolescentes do espectro autista**. 2020. 102 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Biomédica) - Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

VYGOTSKY, Lev. **A Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.



Artigo recebido em: 24 de março de 2024

Aceito para publicação em: 25 de novembro de 2024

Manuscript received on: March 24th, 2024

Accepted for publication on: November 25th, 2024

Endereço para contato: Universidade Federal do Amazonas, Faculdade de Educação/FACED, Programa de Pós-Graduação em Educação, Campus Universitário, Manaus, CEP: 69067-005, Manaus/AM, Brasil.

